

MUSEU GERADOR: EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL & ENSINO DE HISTÓRIA

André Luiz de Paula Chaves Lima¹

Introdução

O presente artigo tem como escopo o diálogo entre educação patrimonial e o ensino de história em lugares da memória, referenciando como objeto de análise o Museu do Ceará. Como metodologia de trabalho desenvolveremos um apanhado de leis ligadas ao patrimônio que servem como marcos, no Brasil e no mundo, apontaremos as potencialidades do Museu do Ceará para a educação patrimonial e o ensino de história.

Pensando na relação epistemológica do conhecimento histórico e sentido prático, algumas indagações geram dúvidas em estudantes e professores: O que é educação patrimonial? Como o museu pode contribuir no ensino de história? Responderemos a estas questões através de reflexões em alguns tópicos relevantes para uma concepção plural de ensino, de modo a possibilitar a formação para cidadania, ética, moral e alteridade, pilares básicos que se esperam na formação de uma consciência histórica.

Atualmente verificamos vários debates e discussões em relação ao ensino de história e educação patrimonial, que vem se abrindo potencialmente como campos de estudos promissores entre os especialistas de história e conhecimentos afins. Tal fato ocorre principalmente pela mudança de postura entre o saber/fazer da história, que relaciona intimamente pesquisa/ensino, e, além disso, o ensino de história e a educação patrimonial são campos de embate em que as representações do passado são utilizadas para diversos fins políticos, que também podem ser aproveitados entre múltiplos agentes sociais.

Os professores devem utilizar, através da didática, meios de despertar nos alunos o gosto pela aprendizagem histórica, que ocorre quando existe uma compreensão crítica das diversas temporalidades, na percepção de identidades múltiplas, culturas e sociedades diversas, e ações dos sujeitos e instituições ao longo da história.

A propedêutica da educação patrimonial deve começar nas salas de aula utilizando-se de materiais do cotidiano, fazendo exercícios que promovam a

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História na UFRN (ProfHistoria). Professor efetivo de História pelo Governo do Estado do Ceará/SEDUC. E-mail: andreluizdpcl@hotmail.com

sensibilização dos alunos à conservação da memória. Pedagogicamente o Museu do Ceará é um espaço impar pois, além do ensino de história através de uma didática própria, promove a educação do olhar através da leitura de objetos, imagens, sons. No museu aprende-se à ter respeito as peças expostas, são ensinados princípios de conservação, os visitantes são orientados a não tocar nos artefatos, a retirar o *flash* das fotografias para preservar a exposição, enfim, este reduto patrimonial se tornou um terreno inestimável para a compreensão do pretérito.

Patrimônio: breve histórico legal.

O patrimônio histórico-cultural é espaço de intensas disputas e zonas de conflitos e insere-se em debates que sugerem o que preservar, rememorar e também o que deve ser esquecido, abandonado e silenciado. Sabemos que o ao delimitarmos e escolhermos o que preservar um conjunto de juízos e valores são estabelecidos, o patrimônio tem um sentido alegórico por apresentar diversos sentidos e significados. Segundo Françoise Choay (2006) as arquiteturas e espaços não devem ser fixados por uma ideia intransigente de conservação e preservação, mas que em virtude de critérios científicos, estéticos, memoriais, sociais e urbanos os patrimônios são valorizados. Toda ação em processo de discussão e prática concebem críticas sobre seus procedimentos e projetos, e as funções e potencialidades da educação patrimonial não fogem à regra.

A preocupação com a salvaguarda do patrimônio mundial, de maneira mais efetiva, surgiu no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e com a criação da ONU, muito embora desde 1933 na *Carta de Atenas* (CIAM, 1933), organizada pela extinta Sociedade das Nações, já tenhamos debates e preocupações sobre a preservação do patrimônio da humanidade, que deveriam ser preservados pois constituem a expressão de uma cultura anterior, são testemunhos preciosos do passado de valor histórico, sentimental, e incorporam em sua materialidade o mais alto grau de intensidade do gênio humano.

A *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, firmada em 1948, lança as bases para que o direito à vida cultural e as artes estejam entre os universais, indivisíveis e interdependentes direitos do homem. No artigo 27, parágrafo primeiro, informa “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”(ONU, 1948). A

Declaração é uma resposta às atrocidades e genocídios ocorridos na Segunda Guerra Mundial.

Em 1972 foi organizada a Convenção do Patrimônio Mundial, com a participação de mais de 150 países, onde ficou estabelecido que o patrimônio se compõem de: Monumentos (pinturas, esculturas, arte rupestre, obras arquitetônicas, vestígios arqueológicos); Conjuntos (grupos de construções); Sítios (humanos e naturais que tenham valor histórico, estético, etnológico ou científico); Monumentos naturais (de caracteres físicos e biológicos); Formações fisiológicas ou fisiográficas (*habitat* de fauna ou flora ameaçados de extinção); Sítios naturais (áreas de beleza natural ou valor científico). A partir desta convenção estava proclamada a universalidade de pensamentos e divulgação de valores sobre o patrimônio. Os países participantes que se comprometeram passaram a ter obrigações relativas à identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão dos patrimônios às futuras gerações, e mesmo assim o número de monumentos inscritos vem aumentando, pois passou a ser cobiçado o prestígio internacional que os patrimônios mundiais adquiriram em termos de status.

Em 2002 a UNESCO lança a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, que traz uma importante contribuição para o entendimento de patrimônio conectado as tradições culturais, e a importância de preservação para as futuras gerações:

Artigo 7 – O patrimônio cultural, fonte da criatividade

Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas. (UNESCO, 2002)

A salvaguarda do patrimônio cultural ajuda na democratização do saber, e, ao mesmo tempo, contribui para o desenvolvimento da sociedade dos lazes, transformando os patrimônios em produtos culturais “fabricados”, prontos para serem consumidos – graças principalmente a “engenharia cultural”, que modifica o valor de uso e explora os monumentos a fim de multiplicar o número de visitantes. Preocupada com a depredação de alguns bens patrimoniais, ocorrida devido ao crescimento desordenado das cidades, em 2005 a Unesco promoveu encontro com diversos representantes de estados nações para discutir a respeito da problemática, Convenção de Faro (CONSELHO DA EUROPA, 2005), estabelecendo o caráter não comercial dos bens culturais e ambientais

da humanidade, a fim de promover a promoção de uma educação sustentável para a conservação e restauro.

No Brasil, a questão do patrimônio vem de longa data, nem sempre apresentando políticas públicas com diretrizes e concepções claras. Durante o Governo Vargas as primeiras ações efetivas de reconhecimento de patrimônio começaram a serem tomadas, com a criação do ISPHAN em 1936 sob os cuidados do ministro Gustavo Capanema (responsável pela pasta da Educação e Saúde Pública), atual IPHAN, encarregado da identificação, catalogação, restauração, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o país. Tal tema foi abordado em diversas Constituições: na de 1937 a gestão do patrimônio ficou submetida ao Estado brasileiro; na de 1946 houve uma preocupação com a proteção de documentos históricos; na de 1967 outras categorias de bens passaram a ser preservados, sendo elevados a categoria de patrimônio as jazidas e os sítios arqueológicos, antes classificados como locais de valor histórico. Durante a ditadura alguns programas foram criados no intuito de ampliar as políticas públicas ligadas ao patrimônio: em 1973 foi criado o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (tentativa de recuperação de bens de ‘pedra e cal’, e ampliação de turismo em áreas de tradições históricas e culturais), em 1979, sob a responsabilidade do MEC, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (visava facilitar a captação de recursos e diminuir burocracias para a realização de projetos e programas na área da cultura).

No período da década de 1980, pós-ditadura, ocorreram algumas importantes mudanças: com a Lei 7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, tivemos uma política de incentivo fiscal voltados para a cultura, que também contribuiu para o desenvolvimento do marketing cultural, consolidado com o decreto 8.313 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet), que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Em 1988 foi criada uma nova Constituição Federal, também chamada “*constituição cidadã*” devido a sua estrutura democrática de defesa dos sujeitos históricos, culturas e bens. Em seu artigo 216 explica que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, individuais ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; essa lei representou avanços, e foi complementada pelo decreto 3.551, criado em 4 de agosto de 2000, Registro do Patrimônio Imaterial, e instituindo o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – com a ampliação da compreensão sobre patrimônio tivemos a criação de vários instrumentos de preservação cultural no Brasil,

como por exemplo o Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Formas de Expressão, Livro das Celebrações, Livro dos Lugares, etc. De acordo com Funari (2006), o IPHAN vem trabalhando na implementação de cursos, oficinas-escola, estimulando a responsabilidade coletiva, promovendo a inclusão social, reabilitação e sustentabilidade cultural dos bens patrimoniais do país:

Há muito por fazer, mas podemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos orientados por especialistas (BRASIL, 1988)

As políticas patrimoniais devem partir de anseios locais, a fim de serem delimitadas democraticamente quais os bens merecem preservação e tombamento pelo IPHAN, precisam estar integrados a marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem.

Museu do Ceará: reflexões sobre educação patrimonial e ensino de história

A educação patrimonial, que vem aos poucos ocupando espaço nas mídias e meios acadêmicos, oferece uma abordagem inovadora de conscientização para a conservação e defesa dos diferentes lugares e suportes de memória - através de trabalhos de criação de hemerotecas, produção de acervos iconográficos, orais e escritos, criação de espaços museais, tanto físicos como virtuais (casas da memória, com coletas de objetos, depoimentos e fotografias representativas para a conservação da identidade das comunidades), visitas a sítios patrimoniais, etc. Para Nora vivemos uma época em que a aceleração do tempo nos traz o sentimento de uma memória esfacelada e que exige lugares onde ela se cristalice e se refugie:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada faz mais do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares da memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse

ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los...
(NORA, 1993, pg.13)

As discussões sobre educação patrimonial no Brasil ocorreram, sobretudo a partir da década de 1980, principalmente nas instituições de salvaguarda da memória, como museus, arquivos, teatros, ONGs, associações, etc. A valorização de bens materiais e imateriais, um dos fins da política patrimonial no Brasil, pode e deve ser, também, trabalhado pelos professores nas escolas de maneira integrada, através de eventos de caráter interdisciplinar, onde cada matéria, com seus saberes próprios, colaborem a sua maneira em um plano de ação que envolva toda a comunidade escolar: professores, alunos, funcionários, pais, gestão. Quando aprendemos a valorizar a cultura local de uma escola ou região, conservando suas memórias e identidades, os projetos de educação patrimonial contribuem sensivelmente para a compreensão do pretérito, e das mudanças ocorridas que levaram a formação do agora.

A memória, que muitas vezes é esquecida pelos sujeitos, também recebe materialidade nos artefatos, objetos e práticas culturais, como: festas populares, datas comemorativas, saber/fazer artesanal, ritmos e canções, língua, hábitos alimentares, etc. A educação patrimonial é uma ação política, pois se liga a projetos e entendimentos sociais com fins determinados, e a história como campo do saber que estuda o homem ao longo do tempo tem um papel fundamental na formação do pensamento livre, crítico e que leve a alteridade.

Ao nos depararmos com a sede que hoje abriga o Museu do Ceará, desde 1990 o acervo se encontra no antigo prédio da Assembleia Provincial (palacete Senador Alencar), inaugurado em 1871, edificado em estilo neoclássico – Rua São Paulo, Nº 51, Centro de Fortaleza, podemos travar diálogo com um lugar de memória, educação patrimonial e ensino de história. O Palacete ao longo dos tempos passou por diversos usos (Faculdade de Direito, Biblioteca Pública, Academia Cearense de Letras, Tribunal Regional Eleitoral, Instituto do Ceará). O imponente edifício por si só já é uma peça museológica.

As peças que compõe o acervo do Museu do Ceará foram resultado de compras e, sobretudo, de doações de particulares e instituições públicas personalidades históricas que realizaram “grandes feitos”(General Tibúrcio e Sampaio, Heróis da guerra do Paraguai, Padre Cícero, Rodolpho Teóphilo, Capistrano de Abreu, etc.), instituições

(sociedades abolicionistas: Perseverança, Porvir; agremiações literárias: Padaria Espiritual, etc), “fatos históricos” (como a escravidão, o movimento abolicionista, etc), peças de “arte popular” e uma coleção de cordéis publicados entre 1940 e 2000 (950 exemplares) e de diversas temporalidades (objetos arqueológicos do período paleolítico e neolítico: pontas de flecha, raspadores, machadinhas, etc; objetos do período colonial: moedas, cédulas, etc.; objetos do período imperial: espadas, bacamartes, móveis, etc. objetos do período republicano: fotografias, pinturas, bode ioiô, ex-votos, etc.). Analisar o Museu do Ceará como patrimônio é pensa-lo a partir das materialidades e subjetividades as quais ele é formado, pois as exposições implicam interpretações, seleções, discursos, narrativas e escolhas do que é musealizado.

A partir de uma metodologia de trabalho definida através dos diálogos entre os visitantes, sejam eles individuais ou coletivos, com os “objetos geradores” é realizada uma mediação cultural que visa a reflexão histórica – quando não há problemáticas historicamente fundamentadas ocorre apenas uma coletânea de fatos e acontecimentos, a emergência de um passado morto, e a visita torna-se um ato mecânico. Para o professor Régis Lopes:

O objetivo primeiro com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim estabelece o diálogo, o conhecimento da nova na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos com o ato de procurar novas leituras. (RAMOS, 2004, pg.32)

O aspecto lúdico de se conhecer a história através de artefatos visa facilitar a consciência histórica, o uso pedagógico dos objetos auxilia a compreensão da cultura material, opção hermenêutica que visa novas leituras sobre a historicidade das sociedades a partir do seu saber/fazer. Entrar no Museu é se deparar com diversas temporalidades que estão expostas nos objetos, que perdem seu valor de uso e passam a agregar novos significados mnemônicos, pertinentes à compreensão do pretérito, suas tensões e conflitos – o museu nos permite observar as diferenças, estudar outros tempos, nos permite entender que somos seres historicamente constituídos e finitos. No museu os objetos estão organizados de modo a produzirem discursos. Como espaço de reflexão é importante à

coleta de diversas informações das peças, a contextualização dos objetos à memória social, e a cultura material às práticas sociais.

Segundo o professor Luis Fernando Cerri a consciência histórica pode ser definida como: “(...) uma das estruturas do pensamento humano, o qual coloca em movimento a definição da identidade coletiva e pessoal, a memória e a imperiosidade de agir no mundo que está inserido...” (CERRI, 2011, pg.13). Essa identidade é formada a partir de diversos elementos: ideias, valores, estranhamentos e familiaridades em relação a si e ao outro, ao individual e ao coletivo.

Jörn Russen aponta que a consciência histórica não é homogênea, e é construída sob diferentes formas de geração de sentido: tradicional (onde as experiências temporais se processam em tradições orientadoras e condutoras da vida prática), exemplar (onde se constroem regras através de exemplos de condutas de indivíduos e casos nas sociedades), crítica (onde existe a história é encarada como um contraponto, e, a partir da ruptura com as tradições, a identidade é formada na negativa dos padrões estabelecidos), genética (O passado é entendido de forma processual, nas quais as mudanças são decisivas para a compreensão da realidade, e a comunicação ocorre sob diversos tipos de pontos de vista). O aprendizado histórico quando encarado apenas como processo cognitivo é parcial, e os pontos de vista emocionais, estéticos, normativos, e de interesse particulares são impreteríveis na construção da consciência histórica. Para Russen:

(...). Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimentos acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendizado e se tornar fator de determinação da vida prática humana... (RUSSEN, 2011, pg.44).

O Museu do Ceará possui um projeto educacional que possibilita a formação de professores e demais profissionais da educação (através da oficina “Como visitar o Museu Histórico), promovendo palestras de especialistas no campo educacional, museológico, artístico e histórico, como por exemplo a Semana Paulo Freire; possui um importante canal de aproximação entre os saberes do meio acadêmico e o público em geral com a publicação da coleção Outras Histórias (que promove a “vulgarização histórica”); desenvolve uma sensibilização sobre os cuidados com os objetos expostos no Museu com grupos escolares de crianças a partir da cartilha e encenação de fantoches: “As Aventuras

de Dorinha”. Há ainda uma formação contínua com estagiários que participam do núcleo educativo do museu, responsáveis diretos pela recepção e acompanhamento dos visitantes em suas dependências e salas temáticas – exposição de longa duração *Ceará: história no plural* (dividida em oito módulos: Memórias do Museu, Povos indígenas: entre o passado e o futuro, Poder das armas e armas do poder, Artes da escrita, Escravidão e abolicionismo, Padre Cícero: mito e rito, Caldeirão: fé e trabalho, Fortaleza: imagens da cidade); a exposição permanente Memorial frei Tito; salas para exposições de curta duração; auditório; e reserva técnica – assim como também na divulgação de informações e a promoção de inquietações sobre as exposições.

Se aprendemos a ler palavras podemos também aprender a ler os artefatos. Pensar sobre os objetos em sua materialidade – no ensino de história devem ser encarados como documentos que nos auxiliam na resolução de questões do presente e devem passar por questionamentos: O que é? Quando foi produzido? Quem o utilizou? Quais os materiais utilizados para sua confecção? Para que servia? Em que época foi feito? – suscita também indagações sobre os destaques dados ao que se expõe no espaço do museu, mas também nos leva a lançar perguntas sobre a invisibilidade de tudo que se encontra fora das coleções, dando-nos suporte para análise sobre as políticas culturais, e estudos sobre as formas como o passado é representado e resguardado.

O estudo patrimonial em uma exposição museológica exige o discernimento de que não devemos ter uma atitude passiva perante o discurso proposto pela curadoria do museu, não se restringir apenas a escutar os monitores ou se limitar as plaquetas informativas. Segundo Maria Horta (1999), as ações educativas nas exposições devem ter por base as seguintes etapas: a observação (identifica-se os objetos e desenvolve-se a percepção visual e simbólica dos mesmos), o registro (fixa-se no conhecimento e promove-se uma análise crítica), a exploração (interpretação das evidências e significados), e apropriação (desenvolve-se a capacidade de auto expressão, internalização e valorização do bem cultural). Essa metodologia visa pensar o museu como construtor de conhecimentos significativos através da interpretação do visitante, a partir de seu saber prévio e das novas informações obtidas. O ensino de história passa a promover uma integral formação humanística.

Como espaço institucional de poder o Museu do Ceará transforma seus documentos (artefatos) em monumentos. Não existe documentos (objeto) objetivo, neutro, pois eles são produtos das sociedades que os fabricaram, segundo relações de

forças e interesses. Quando analisamos o Museu do Ceará percebemos que suas exposições contribuem para a afirmação de uma memória coletiva, que deve ser questionada, pois, ao mesmo tempo que existem objetos expostos, através de uma seleção, existem outros que não estão presentes, escolhas políticas, ideológicas, institucionais, e os silêncios servem a reflexões tão pertinentes quanto as falas. Segundo Le Goff:

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias...(LE GOFF, 2003, pg. 538)

Antropologicamente o Museu do Ceará é um espaço de desregulação das palavras e dos seres de espaço/tempo nos territórios urbanos, pois seus artefatos possuem o potencial de promover movimentos de memórias coletivas através da força da imaginação. Nos objetos salvaguardados de um museu encontramos estruturas espaço-temporais que nos remetem a várias durações, ou mesmo sujeitos, pois as biografias familiares também se encontram representadas nas exposições. Usemos o Memorial Frei Tito como exemplo: essa exposição foi a última das salas de longa duração a ser montada, e foi idealizada a partir de um evento de educação que ocorre dentro do Museu do Ceará, a Primeira Semana Paulo Freire, ocorrida em maio de 2001. Durante a exposição de uma palestra que relatava eventos de torturas ocorridos no Brasil, durante o período da ditadura civil-militar, a sobrinha de frei Tito, dona Lúcia de Alencar, estava presente e ao término da fala veio conversar com o professor Régis Lopes, então diretor do Museu do Ceará. Foi combinado a doação de objetos pessoais de frei Tito a fim de que o museu pudesse montar uma exposição que levasse as pessoas a refletirem sobre os crimes ocorridos durante os “anos de chumbo”. A intenção não foi afirmar uma memória que enxergasse frei Tito como herói ou mártir de resistência, mas como mais uma pessoa presa e brutalmente massacrada pela violência dos militares.

(...) O tom que o Museu do Ceará dá ao memorial não cria nem confirma a existência de um herói ou coisa parecida, pois o que interessa é seguir os parâmetros e desafios de se construir uma história social, comprometida com os rumos da sociedade na qual vivemos e atuamos. O que importa é estudar a historicidade de frei Tito, ou melhor, a sua vida no diálogo entre passado e presente – esse lugar de interseção temporal onde optamos e fazemos a história nossa de cada dia. (RAMOS, 2005, pg.35)

A sala do Memorial foi pintada de vermelho, pois a imagética das cores é essencial na sensibilidade das reflexões propostas, e foram colocados vários objetos de cunho biográfico, como: bíblia grifada por frei Tito (versão bilingue: francês/português), fotografias familiares, terço, máquina de datilografia, documentos escolares (carteirinha de estudante, boletins, etc), livros, cartas endereçadas a Nildes de Alencar (irmã de frei Tito), óculos (que depois foi furtado do museu e ninguém mais soube de seu paradeiro), capas de revistas de época relatando não haver tortura no Brasil, etc. Das salas que os visitantes procuram no Museu do Ceará o Memorial frei Tito é uma das que melhor percebemos a transversalidade de tempos, pois a violência simbólica ali exposta nos faz pensar sobre o presente, nas relações cotidianas, sociais e afetivas que muitos visitantes enfrentam ou enfrentaram e como isso os liga. A alteridade e a emoção pretendida na exposição não se congelam no tempo/espaço, pois cruza fronteiras físicas, geográficas, psicológicas, temporais e é capaz de reforçar a memória coletiva das pessoas que viveram no período da ditadura.

Pensar numa perspectiva etnográfica no tempo presente leva-nos a reconhecer a assimetria, uma estética de distopia, que o Museu traz em seu espaço, pois ocorre em seu interior uma pluralidade descontínua de durações temporais. Para Ana Luiza Carvalho e Cornelia Eckert:

(...) os processos museais podem ser interpretados como fenômenos que se situam no interior do movimento dialético entre cultura objetiva e cultura subjetiva e, nesse ponto, tornam-se expressão da mobilidade das formas de socialização e de existência dos tempos modernos, de liberação psíquica e emancipação do indivíduo por um lado, e desenvolvimento das técnicas (industrialização) e estruturas políticas (poderes econômicos e financeiros) por outro. (CARVALHO, ECKERT, 2012, pg.22)

Antropologicamente temos que lembrar que a vida social também necessita de símbolos e referenciais, e os bens patrimoniais expostos, ou ainda salvaguardados em um lugar de memória, falam de um pretérito, mas também de um presente e apontam para um futuro ao nos fazer pensar sobre a materialidade das coisas. Segundo Márcia Kersten “um monumento não existe por si mesmo, ele reconta a história e aviva a memória, constituindo uma linguagem que fala do pretérito” (KERSTEN, 2000, p.39).

Conclusão:

A perspectiva da formação de nossos alunos à uma educação patrimonial é impreterível nos dias de hoje, haja vista o potencial de formação de novas gerações, tanto de ordem cognitiva quanto emocional, para o respeito as diferenças. O estudo do patrimônio permite um importante diálogo com o ensino de história ao propor a leitura das diferentes temporalidades, contribuindo para o reconhecimento das mudanças e permanências ocorridas nos diferentes sujeitos da história, sejam individuais, coletivos, institucionais.

As discussões da educação patrimonial reforçam ainda a reflexão e o entendimento das diversas políticas públicas adotadas pelos diferentes governos, lugares, e épocas de modo a gerar um espírito crítico e proativo na luta pela preservação da memória histórica. Ao abrigar em seu acervo um caleidoscópio de objetos patrimoniais, com múltiplos significados, o Museu do Ceará participa diretamente do resguardo das experiências de diversos grupos sociais ao longo do tempo, e nos convida a pensar sobre o futuro do nosso passado.

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 21/01/2018.
- CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em 21/01/2018.
- CONSELHO DA EUROPA. *Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade*. Faro: 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/col%C3%B3quio%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20%201%202009.pdf>. Acesso em 21/01/2018.
- ONU. *Declaração Universal dos direitos humanos*, 1948. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em 21/01/2018.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em 21/01/2018.

Bibliografia:

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**/ Luis Fernando Cerri. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. (Coleção FGV de Bolso. Série História)

ECKERT, Cornelia, ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Cidade e processos museais: saberes sobre os tempos e seus arranjos nas metrópoles contemporâneas. In: MAUÉS, Raimundo Heraldo, MACIEL, Maria Eunice (org.). **Diálogos Antropológicos: Diversidades, patrimônios, memórias**. Belém: L&A Ed., 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História**. Curitiba: Imprensa Oficial Paraná, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão...[et al.]. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, pg. 538.

NORA, Pierre (tradução Yara Aun Khoury). **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, N.10, 1993.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**/Francisco Régis Lopes Ramos. Chapecó: Argos, 2004.

RUSSEN, Jörn. **Aprendizado Histórico**. In. SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel, MARTINS, Estevão de Rezende (org). Jörn Russen e o Ensino de História. Curitiba: Ed. UPR, 2011.